

A crise econômica mundial: os grandes em pane de soluções

*Argemiro Luis Brum**

O Mundo vive, nesta década de 90, uma importante crise econômica. Após o fabuloso desenvolvimento dos 30 primeiros anos depois da Segunda Guerra Mundial, as relações de força mudam, os conflitos acentuam-se e a economia estagna, inclusive e sobretudo nos grandes países desenvolvidos. A situação é inquietante e, por enquanto, sem grandes perspectivas de melhoria. A solução proposta de liberalizar as economias e o comércio não passa de um paliativo. O verdadeiro caminho, que é a diminuição das desigualdades através de uma melhor distribuição da renda mundial, ainda está longe de ser adotado. As divisões sócio-políticas na ex-URSS, na ex-Iugoslávia e, mais recentemente, na Tcheco-Eslováquia (que será oficialmente dividida em dois estados independentes a partir de janeiro de 1993) apenas vêm confirmar esse novo quadro mundial. Nesse contexto, as relações econômicas e comerciais modificam-se, e novas estratégias, novas tendências, surgem e desenvolvem-se. Para melhor compreendermos este final de século e tirarmos algumas lições importantes quanto à nossa posição no futuro, vamos aqui analisar alguns aspectos da atual crise econômica mundial e a posição da América Latina no contexto.

1 - O crescimento econômico não responde mais "presente"

O mundo desenvolvido precisa crescer, em média, acima de 3% ao ano para poder aspirar a uma recuperação duradoura da economia. Ora, deixando as coisas como estão, as economias desenvolvidas correm o risco de ver seus crescimentos ficarem em níveis medíocres — 2,5% ao ano, segundo os técnicos franceses do Centro de Estudos Prospectivos e de Informações Internacionais (CEPII). Uma situação extremamente comprometedora num momento em que, mais do que nunca, é necessário reduzir o desemprego e as tensões sociais no Sul e no Leste, a fim de evitar um crescimento de migrações desestabilizadoras dessas regiões em direção ao Norte desenvolvido, segundo a visão que começa a tomar forma junto aos dirigentes dos países ricos.

Para tanto, o problema maior encontra-se na reorganização do sistema financeiro internacional, pois não existe tanto um problema de penúria de poupança quanto um

* Professor da Universidade de Ijuí (UNIJUI), Doutor pela EHESS de Paris, representante do sistema cooperativista agrícola gaúcho junto à CEE.

mau sistema de alocação da mesma. Sem isso, dificilmente os mercados se irão abrir, em especial junto aos países subdesenvolvidos. Seria necessário, de fato, chegar a um financiamento de 1% do PIB dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano 2000 para que uma estratégia nesse sentido desse resultados. Ora, sem crescimento desses países, é impossível a mesma tornar-se realidade.

1.1 - A retomada é uma incógnita atualmente

A Tabela 1, mostra claramente a evolução recente do crescimento junto aos países ricos. Mesmo no Japão e na Alemanha, o ritmo diminuiu nestes últimos meses. No primeiro, em razão da alta dos juros e do fim da especulação imobiliária, e, na Alemanha, em razão dos pagamentos relativos à unificação, fato que levou a um esgotamento do consumo interno.

Tabela 1

Crescimento econômico nos principais países desenvolvidos
do Mundo — 1980-1991

	(%)		
DISCRIMINAÇÃO	1980-88	1990	1991
OCDE	3,2	2,6	1,1
EUA	2,7	1,0	-0,5
Reino-Unido	3,8	0,8	-1,9
França	2,3	2,8	1,4
Itália	3,3	2,0	1,0
Canadá	3,4	0,5	-1,1
Japão	4,7	5,6	4,5
Alemanha (1)	2,7	4,5	3,2
CEE	3,1	2,9	1,4

FONTE: LE MONDE - BILAN ECONOMIQUE ET SOCIAL (1980/1991). (s.n.t.).

(1) Excluindo a ex-RDA.

Por enquanto, as incertezas sobre o futuro dos países do Leste continuam, agora agravadas pelo recrudescimento da crise na ex-Iugoslávia. Ao mesmo tempo, o Mundo dá-se conta de que o custo é muito alto para recuperar a região (a necessidade global de investimentos externos para a reconstrução do Leste Europeu é avaliada hoje entre

US\$ 100 bilhões e US\$ 150 bilhões anuais durante uma década, enquanto o Plano Marshall drenou para a Europa o equivalente a US\$ 65,4 bilhões em valores de 1989). Por outro lado, a forma de "progresso" técnico e capitalista praticado no Ocidente acaba criando novas tensões no seio mesmo da região, por ser excludente e concentradora, gerando cada vez mais desempregos. Na esteira dessa realidade, os extremismos instalam-se, desde o integrismo até o retorno das extremas-direitas neofacistas e neonazistas.

Até mesmo a inflação, em recuo junto aos grandes países (Tabela 2), acaba não jogando o papel que dela era esperado. Afinal, uma inflação fraca, somada a um crescimento em estagnação, tende a levar a uma deflação. Nesse contexto, a retomada econômica mundial está envolta em incertezas. Ninguém ousa prever no tempo o momento em que poderá ocorrer uma reversão duradoura do processo que aí está.

Tabela 2

Evolução da inflação nos principais países ocidentais — 1970-1992

	(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1970-79	1979-88	1991	JUN/91-MAIO/92
EUA	7,2	5,6	4,2	3,0
Japão	9,1	2,5	3,3	2,0
Alemanha	5,1	2,9	3,5	4,6
França	9,2	7,7	3,2	3,1
Itália	13,3	11,6	6,4	5,6
Reino-Unido	13,2	7,3	5,9	4,3
Canadá	7,8	6,6	5,6	1,3
Média	8,4	5,7	4,3	3,3

FONTE: OCDE.

1.1.1 - O risco da deflação

Na verdade, o controle da inflação, por muito tempo apresentado como uma das condições para um crescimento equilibrado, é uma realidade junto aos grandes países desenvolvidos do Mundo. Entretanto os mesmos continuam atrás do crescimento econômico. Assim, a ameaça de uma deflação é hoje algo palpável, fato que leva os

mercados financeiros a duvidarem do crescimento. As Bolsas registram quedas importantes, inclusive no Japão!

Muitos analistas arriscam-se a dizer que, pela primeira vez após a depressão dos anos 30, o mundo desenvolvido se vê frente a uma redução dos preços, a qual leva a uma redução da atividade, que, por sua vez, degrada o emprego. Em outras palavras, uma autêntica espiral recessiva. A esperada recuperação choca-se com os fatores deflacionistas: baixa dos preços dos ativos imobiliários e negociados em Bolsa; queda dos investimentos; e, fenômeno novo, o recuo dos créditos bancários. Assim, embora a inflação continue a ser real, a queda dos preços multiplica-se em sistemas de produção inteiros junto às economias desenvolvidas. E, fato novo igualmente, a queda dos preços não atinge apenas os ativos (imobiliário e Bolsa), mas também os produtos correntes, em especial as matérias-primas. Normalmente, em épocas de retomada, seus preços aumentam! Ora, por enquanto, eles continuam baixando!

Nesse quadro, a massa salarial real encontra-se estagnada desde 1988 nos EUA, desde 1989 no Reino-Unido e a partir do ano passado na França. A política de juros baixos, aplicada pelo Japão e sobretudo pelos EUA nestes últimos meses (neste último país, fator de instabilidade junto ao mercado monetário mundial, na medida em que o dólar passou a perder valor diante das principais moedas do Mundo), nada resolveu. Destinada a baixar o custo do dinheiro e, com isso, a provocar uma onda de investimentos e empréstimos por parte das indústrias e das pessoas físicas, relançando, assim, a máquina econômica, tal política não conseguiu nem mesmo riscar a instabilidade do cenário econômico mundial.

Paralelamente, a massa de dinheiro disponível para girar a economia progride menos que a inflação nos EUA e no Japão e timidamente na França, reduzindo, desse modo, o financiamento das economias. Por sua vez, envolvidos em sua crise sem precedentes, os grandes bancos do Mundo não conseguem mais jogar o papel de contraciclo através de uma injeção de recursos novos na economia. A fragilidade do sistema bancário mundial atualmente os obriga a uma retirada estratégica e a um controle reforçado. Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 1993, os fundos próprios dos bancos deverão situar-se em 8% do total de seus balanços. Trata-se do já conhecido *ratio Cooke*, destinado a assegurar que os bancos sejam suficientemente sólidos para fazer frente a seus compromissos em caso de problemas. Tal regra de prudência acaba tendo um reflexo negativo, neste momento, sobre o mercado. De fato, no lugar de emprestar, os bancos reduzem uma parte de suas atividades, a fim de respeitarem o *ratio*. Essa redução da atividade bancária acaba diminuindo a eficiência da política monetária, num momento em que os estados dificilmente encontram fôlego suficiente para dinamizar a economia através de políticas orçamentárias ofensivas; a tal ponto que todo o mundo desenvolvido aplica atualmente uma política de austeridade, onde o objetivo comum é a redução do endividamento do Estado.

Nesse contexto, o desemprego aumenta, e, com ele, crescem as cotizações sociais a serem pagas pelo Estado, ao mesmo tempo em que diminuem as receitas.

1.1.2 - Cresce o desemprego

O recente relatório anual da OCDE sobre a situação do emprego nos seus 24 países-membros (os mais avançados do Mundo) é revelador. O mesmo prevê que o

número de desempregados nesses 24 países alcançará 30 milhões de pessoas em 1992, voltando, com isso, ao nível recorde de 1983. E mais, o relatório confessa que as dificuldades que levam a tal situação são estruturais, em outras palavras, de difícil solução, ao menos de imediato.

Embora uma pequena melhoria esteja sendo prevista para o final de 1993, com o nível de desempregados caindo para 29,4 milhões de pessoas na região considerada, o fato é que, entre 1982 e 1992, oito anos de crescimento se passaram (de 1982 a 1989), nos países desenvolvidos, sem que o problema do desemprego tenha sido resolvido em profundidade. Bastou um ano de forte crise (1991) para a taxa de desemprego passar rapidamente de 6,2% para 7,5% da população ativa na região. Em certos países, como a Finlândia, a Austrália e a Nova Zelândia, o nível ultrapassa os 10%, registrando, com isso, seu ponto mais alto do Após Segunda Guerra. Para agravar a situação, o chamado "desemprego de longa duração" progride e continuará progredindo segundo a OCDE. Atualmente, até mesmo os quadros superiores e de ótima formação são atingidos, assim como o setor dos serviços. Os novos empregos que surgem são de menor remuneração e temporários. Nesse contexto, o trabalho independente cresce rapidamente, envolvendo 37 milhões de pessoas em 1990 contra 31 milhões em 1979. No Reino Unido, uma das regiões mais atingidas pela crise atualmente, o número de pessoas envolvidas nesse tipo de trabalho foi duplicado em 10 anos.

A esperança de corrigir essa evolução é mínima, pois, na atual situação mundial, o progresso tecnológico, a redução dos ciclos de produção, a rápida evolução da estrutura da demanda e o deslocamento da vantagem comparativa de um país a outro, a fonte de novos empregos e sua provável natureza são completamente incertos, segundo a OCDE. Assim, uma aceleração do crescimento econômico, difícil de ocorrer, é verdade, no curto prazo, não seria suficiente para reduzir o desemprego. Dentre os males causadores dessa situação, os especialistas da OCDE destacam: o desperdício das fontes de mão-de-obra; a inadequação desta aos empregos disponíveis; e a subutilização das pessoas, que leva ao crescimento do "não-emprego", uma noção mais ampla que a do desemprego. Dentre as categorias mais atingidas, estão os jovens, as mulheres e as pessoas mais idosas. Neste último caso, há 20 anos, no interior dos 24 países-membros da OCDE, entre 35% e 50% dos homens com mais de 55 anos faziam ainda parte da população ativa. Hoje, a proporção não ultrapassa 20% a 35%, e a metade desses elementos que se encontram desempregados o são por mais de um ano.

Não há remédio milagroso para a situação. Segundo a OCDE, o ideal seria forçar um recuo simultâneo da inatividade e do desemprego. Algo muito difícil de se realizar.

O pano de fundo de toda essa situação se encontra na enorme dificuldade que o Grupo dos Sete (as sete maiores potências industriais do chamado Ocidente) possui, nos últimos anos, para relançar suas respectivas máquinas econômicas sem ferir a harmonia necessária para o bom funcionamento do conjunto na tarefa de controlar a economia mundial.

2 - Os grandes patinam

Nenhum membro do chamado Grupo dos Sete, salvo, talvez, o Japão, possui condições hoje de assumir o comando de uma hipotética retomada do crescimento econômico mundial. E mais, o próprio Grupo encontra-se em sérias dificuldades para

coordenar sua política visando uma reversão da tendência recessiva que se instalou no Mundo, a partir de 1990. Nos EUA, o endividamento generalizado e os vagos programas eleitorais apresentados pelos dois mais fortes candidatos ao governo do país não dão esperanças de uma mudança significativa no curto prazo. No Japão, o último esteio a cair, a crise do setor imobiliário coloca o país no caminho da recessão, acentuado pelo fato de que o consumo interno diminuiu sensivelmente nestes últimos meses. Na Alemanha, o custo da unificação foi maior do que o calculado inicialmente, forçando o país a uma política austera, onde os juros altos e um marco forte são as molas mestras. Na França, um dos países que melhor está suportando a situação, a economia não consegue gerar empregos suficientes; ao contrário, paradoxalmente, o desemprego aumenta, forçando a um desencadeamento de reações que poderá resultar numa negativa ao projeto da União Européia por ocasião da consulta popular, organizada para 20 de setembro de 1992 (no final de agosto, pela primeira vez, uma pesquisa de opinião indicava a vitória do "não" ao projeto, fato que, se confirmado no dia 20.09, após o "não" da Dinamarca no primeiro semestre, fatalmente colocará por terra a chamada União Econômica e Monetária(UEM), cuja segunda fase deverá inicialmente entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 1993). No Reino-Unido, a crise atinge proporções tais que os economistas ingleses afirmam que a região se encontra na pior recessão vivida no Após Segunda Guerra. Quanto à Itália e ao Canadá, a situação não está melhor. O primeiro encontra-se às voltas com uma crise de confiança que alimenta uma economia informal representando entre 20% a 25% do PIB. O segundo, indeciso e hesitante, enfrenta uma crise que leva o PIB a cair de 1,5% em 1991 para apenas 0,2% no primeiro trimestre de 1992. Todos esses países, como veremos a seguir, apostam nas exportações para solucionar seus problemas imediatos. É nesse contexto que as negociações da Rodada Uruguaí do GATT ganham relevância nestes últimos anos.

2.1 - EUA: a locomotiva em pane

Nos EUA, a recessão que atingiu a economia entre julho de 1990 e dezembro de 1991 foi mais importante do que o previsto. O número de desempregados atingiu, no período, 2,2 milhões de pessoas, e não 1,6 milhão como inicialmente havia sido previsto. A Administração Bush, após o seu período à testa do país, deixa-o com a mais baixa taxa de crescimento desde 1945 (2,5% contra 14%, por exemplo, no segundo mandato de Reagan); o mais fraco crescimento de empregos civis no setor agrícola (0,7%); e com taxas negativas em matéria de produção industrial e de salários horários. Esse balanço negativo foi suavizado, em parte, pela redução da inflação, assim como do déficit comercial (US\$ 65 bilhões em 1991 contra US\$ 102 bilhões no ano anterior). Todavia, neste último ponto, a crise econômica e financeira no Japão e as novas prioridades desse país freiam as exportações norte-americanas, provocando um crescimento dos déficits comerciais mensais, um sério problema no exato momento em que os EUA necessitam das exportações para compensar a fragilidade de seu mercado interno. Isso explica a falta de reação à significativa queda do dólar, ocorrida a partir de meados de julho passado e acelerada no final de agosto (o dólar bateu o seu nível histórico de queda em relação ao marco e dos últimos 12 anos em relação ao franco francês durante a segunda quinzena de agosto).

Na verdade, quatro são os problemas fundamentais da economia norte-americana há anos: endividamento, consumo interno acima das possibilidades, pouca poupança e ausência de investimentos.

E, paradoxalmente, é exatamente quando uma tímida mudança no comportamento do consumidor começa a ocorrer que a situação se agrava. Na verdade, o consumo e a construção refletem a evolução demográfica e sociológica dos Estados Unidos. A classe que consome (25 a 35 anos) se reduziu a 19,5% do total atualmente, contra 22% nas gerações anteriores. O *babyboom* do Após Segunda Guerra perde seu fôlego. Essa nova classe de consumidores, aparentemente consciente das dificuldades existentes, estagna seu consumo, evitando o endividamento. Assim, as vendas no varejo, as quais representam 50% do consumo e um terço do PIB norte-americano, permanecem no mesmo nível há quatro anos. Na esteira desse processo, a construção de alojamentos retoma seu fôlego, para alcançar o número de 1,3 milhão de obras anuais, porém longe dos dois milhões de casas novas anuais de antigamente.

Nesse contexto, a situação da economia norte-americana é bastante difícil. Segundo destacam certos especialistas, levando-se em conta a progressão de 1% da força de trabalho, seria necessário que a economia dos EUA alcançasse, a cada ano, 2% de ganho de produtividade para sustentar um crescimento econômico de 3% anual. Como realizar tal proeza de imediato, quando se sabe que o Estado não pode mais participar efetivamente como locomotiva do processo? Assim, não são as promessas do candidato Bush, por ocasião da campanha à reeleição em novembro próximo, que irão entusiasmar. Afinal, ninguém acredita nas mesmas (o atual Presidente prometeu, por ocasião da Convenção do Partido Republicano que o lançou como candidato à reeleição, que reduzirá os impostos), pois como poderá reduzir a receita se necessita enxugar uma dívida pública recorde, que atinge US\$ 4,0 trilhões (Estado e coletividades), e reduzir o endividamento total do país, que chega a US\$ 11,0 trilhões?

Envolvida nesse contexto econômico, a sociedade norte-americana assiste à concretização de um somatório de eventos que a leva a uma reação cada vez mais radical e violenta. Alguns desses eventos são: jovens diplomados nas universidades não encontram mais empregos; um sistema educativo lamentável instala-se junto às escolas públicas, o qual leva 80% dos candidatos a um emprego a serem recusados por não saberem escrever um *curriculum vitae*; multiplica-se por três o número de crianças morando com um dos pais apenas, fato que coloca em xeque um dos valores tradicionais do país, que é a família; o país detém o recorde mundial de pessoas em prisão (1,15 milhão, que custam individualmente US\$ 20.000,00 anuais); existem mais e mais cidades com bairros praticamente abandonados, onde as diferenças sociais e raciais se agravam constantemente, ao ponto de se tornarem regras de sobrevivência; a população agrícola diminui 50% em 20 anos; há um forte aumento da violência pelas armas, a qual é classificada como sendo "epidemia" e "urgência pública" pela Associação dos Médicos norte-americana; cerca de seis milhões de jovens entre 14 e 18 anos trabalham em completa ilegalidade; uma enorme concentração de renda faz aumentar a distância entre os ricos e os pobres (os mais ricos viram suas rendas aumentarem 32% em 10 anos, enquanto os mais pobres viram as suas caírem 13%); e, para completar, os empregadores são obrigados a diminuir seus próprios salários em face ao protesto de seus acionistas e assalariados, que os acusam de incompetência.

Num quadro dessa envergadura, não é de se estranhar os acontecimentos de Los Angeles; muito menos o triste espetáculo oferecido pelas recentes convenções demo-

cratas e republicanas que indicaram os respectivos candidatos a postularem o posto de Presidente do país.

A situação é tão caótica sob o aspecto político da questão que uma das raras alternativas que o Presidente Bush possui neste final de agosto de 1992, para tentar recuperar o atraso detectado nas pesquisas de opinião face ao candidato democrata Clinton, é a retomada da guerra contra o Iraque.

No plano econômico, a palavra de ordem é a busca da competitividade, estratégia adotada por um grande número de empresas. Auxiliadas pela desvalorização do dólar no mercado mundial das principais moedas, as empresas norte-americanas têm ganho espaço face aos seus concorrentes estrangeiros (Tabela 3). Assim, o saldo comercial existente para com a Europa passou de um déficit de US\$ 22,5 bilhões em 1986 para um excedente de US\$ 23 bilhões, em ritmo anual, nos quatro primeiros meses de 1992. Em 1991, segundo a OCDE, os EUA ganharam 2,4% de partes de mercado, enquanto o Japão e a Alemanha perdiam, respectivamente, 4% e 5,2%. O mesmo organismo prevê que os EUA deverão ainda ganhar 1,1% do mercado mundial em 1992 e 1993, enquanto, com exceção da França, todos os outros países recuarão. Por trás desses resultados encontra-se um ponto que merece atenção por ser relativamente surpreendente: o emprego não aumenta, e os salários progridem muito pouco (para 1992 prevê-se um aumento de 4,4%, o mais baixo dos últimos 10 anos, contra 6,5% na Alemanha e 6% no Reino-Unido). Assim, a maior potência industrial do Mundo torna-se hoje um país com mão-de-obra relativamente barata. Um quadro que incita o Governo norte-americano a defender a liberalização das economias, seja no GATT, seja através da Iniciativa para as Américas.

Tabela 3

Competitividade dos EUA face aos principais concorrentes mundiais — 1989 e 1992

PAÍSES	PREÇOS RELATIVOS À EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS		CUSTOS DA MÃO-DE-OBRA NA INDÚSTRIA EM MOEDA COMUM	
	1989	1992	1989	1992
EUA	97	91	94	79
França	98	94	94	88
Alemanha	97	99	98	91
Japão	101	102	99	99

FONTE: LE TRIBUNE DE L'EXPANSION (9.7.92). Paris. p.14.

NOTA: Índice 100 em 1987.

2.2 - Alemanha: o preço da unificação além das previsões

A Alemanha parece ser um caso à parte no cenário dos grandes países industrializados. De fato, nos anos 80, enquanto os demais países, na esteira do proposto pelos EUA, se lançaram em políticas financeiras e industriais de desregulamentação e desmantelamento, na linha neoliberal, o país continuou a privilegiar a indústria.

Assim, em 1989, no momento da queda do Muro de Berlim, a economia alemã girava em pleno regime. A balança comercial batia recordes, a taxa de desemprego havia recuado a 5,6%, e as finanças públicas estavam equilibradas. Tais resultados, segundo os especialistas, provinham de uma boa associação entre a política macroeconômica posta em prática e as virtudes industriais da população. Nesse contexto, as empresas participam de forma importante, na medida em que buscam se modernizar sem romper com o sistema tradicional. Em outras palavras, a cultura econômica do país, longe de ser rejeitada como fora de moda, é, ao contrário, valorizada e recuperada.

Como nos demais países, as exportações asseguram a prosperidade do país na medida em que o mercado interno estagna, porém sua estratégia não passa por uma corrida à produtividade, mas por uma elevação na gama dos produtos vendidos. Ou seja, a Alemanha consegue vender caro o que ela produz, caro devido aos custos elevados do trabalho.

Entretanto os anos 90 rompem com essa tendência! Duas rupturas são detectadas e obrigam a Alemanha a modificar seu "modelo". Em primeiro lugar, a unificação que leva a uma explosão dos grandes equilíbrios macroeconômicos (preços, salários, saldos comerciais, déficit orçamentário). Em segundo lugar, a CEE de 1993, que entra na sua segunda fase, deve levar a região para a União Econômica e Monetária em 1997 ou, no mais tardar, em 1999, fato que deverá forçar o liberalismo alemão a entrar na linha do liberalismo ditado pela CEE.

Assim, passados dois anos de sua unificação, os equilíbrios sócio-econômicos são alterados, a dívida pública aumentou, e a inflação atinge 4,5% ao ano. A desregulamentação é considerável, ao ponto de as previsões mais pessimistas serem ultrapassadas, na medida em que os alemães ocidentais se deram conta do estado de destruição em que se encontravam as infra-estruturas e fábricas da ex-RDA. Mesmo assim, em função de sua experiência, a Alemanha aplica a sua receita no Leste: desenvolvimento industrial, ajudas públicas e formação de recursos humanos.

Entretanto a parte leste deverá conservar, por muito tempo, um desemprego elevado diante de uma indústria nova, construída em boa parte graças às subvenções da CEE (na ordem de 30% a 40%). Por outro lado, como os anos 90 não são os anos 70, as transferências de capital em direção ao Leste obrigam a uma escolha: privilegiar novamente o capital em detrimento dos salários e das despesas efetuadas no lado oeste. De fato, serão necessários entre US\$ 700 bilhões e US\$ 1,05 trilhão (no câmbio do final de ago./92) para restabelecer os grandes equilíbrios entre os dois lados.

A unificação e a Europa de 1993 irão, assim, transformar as condições de concorrência, atingindo o que se tem chamado de "coração do modelo alemão", ou seja, as relações bancos/industriais, as preferências nacionais (compras públicas) e o protecionismo das normas. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que há menos

dinheiro disponível do que no passado! Enfim, tudo indica que o equilíbrio dinâmico entre a competitividade e os custos atingiu um limite. Isto porque, enquanto nos anos 70 a Alemanha havia, com sucesso, introduzido tecnologias novas nas antigas, hoje tal estratégia não é mais suficiente. Tudo sinaliza que será preciso buscar a produtividade a todo custo, fato que levará a indústria a deixar de criar empregos. Torna-se necessário novamente encontrar um caminho para o crescimento diferente do antigo.

Enquanto esse caminho não é encontrado, no curto prazo, graças a uma política de taxas de juros elevadas (que tem provocado uma forte tensão no seio dos sistemas financeiro e monetário mundiais), a inflação começa a ser dominada. Em jul./92, a taxa anual havia caído para 3,3% contra 4,3% em junho. Por trás desse resultado, dois motivos jogam consideravelmente e servem-nos de exemplo. Em primeiro lugar, uma moeda forte, que baixou significativamente os custos das importações (embora tenha sacrificado as exportações), atenuando, assim, o impacto dos custos salariais sobre os preços da produção. Em segundo lugar, a estratégia dos empresários alemães, que reduziram suas margens para evitar um aumento muito importante nos seus preços de venda. Mas as principais causas da inflação, a evolução dos preços dos aluguéis e dos serviços, continuam.

2.3 - Reino-Unido: a principal crise do Após Segunda Guerra

O Reino-Unido vê-se obrigado a conviver com uma pobreza cada vez mais evidente nestes anos 90. Muito tempo escondida, por ser discreta, essa pobreza vem à tona, neste final de século, na esteira da maior crise econômica vivida pelo país desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1991, foram recenseadas 145.800 famílias sem abrigo, o que perfaz um total de 418.500 pessoas apenas na Inglaterra. Nos primeiros três meses de 1992, mais 38.460 famílias foram recenseadas nessa categoria. Em outras palavras, a pobreza aumenta na região! A cada ano, cerca de 156.000 jovens entre 16 a 19 anos são considerados como "sem abrigo" no Reino-Unido, sendo que 50.000 apenas em Londres. Na faixa de idade entre 16 e 17 anos, apenas 22% dos que estão desempregados se beneficiam de uma "ajuda desemprego" (US\$ 44,00 semanais no início de jul./92). Um lugar para formação é garantido, em princípio, pelo Governo, sendo que 314.700 jovens passaram por tal local em 1988-89. Destes, 100.000 não sabiam calcular sem ajuda, e 70.000 não estavam completamente alfabetizados.

Por trás dessa situação, que pode ainda piorar, está a paulatina retirada do "Estado-providência" e a aplicação de um liberalismo desenfreado durante os anos do Governo Thatcher. Devido a tal política, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres cresceu nos últimos anos. Entre 1979, data do retorno do governo conservador de Thatcher, e 1989, as famílias mais pobres (as 10% situadas na parte inferior da escala de renda) viram sua renda real cair 6%. Embora a renda média da população tenha progredido 30%, a metade menos afortunada passou de 32% para 27% da riqueza nacional, enquanto os 10% mais pobres, que representavam 4% da riqueza nacional em 1989, não chegam hoje a 2,5% do total da mesma.

Enfim, levando-se em conta o número de pessoas que vivem num estado de "pobreza" (o critério retido é o da metade da renda média), a progressão é de 5 a 12

milhões de habitantes em 10 anos. Com a ressalva de que essas estatísticas levam em conta apenas as pessoas que vivem num domicílio privado, excluindo, assim, aqueles que vivem em instituições, casas de saúde, casernas e os desabrigados. No total, em abril de 1990, no Reino-Unido, 8,5 milhões de pessoas viviam com menos de US\$ 331,00 semanais, o que é muito baixo para os padrões do país.

A situação agrava-se, paradoxalmente, para aqueles que têm casa própria e devem pagar as mensalidades. Se hoje 67% dos britânicos possuem casa própria (contra 10% em 1919), o setor locativo privado diminui constantemente: 30% em 1960, menos de 8% em 1991. Aqueles que perdem seus empregos, não podendo mais reembolsar suas mensalidades, perdem suas residências. Assim, 74.000 famílias receberam um aviso desse gênero em 1991; um aumento de 35% com relação ao ano anterior! Consta que 1,5 milhão de pessoas caíram na armadilha "da propriedade", com dívidas mais elevadas do que o próprio valor da habitação que possuem.

Por sua vez, o setor público confronta-se com enormes dificuldades igualmente. A necessidade de empréstimo, ou seja, o déficit público, é avaliada em mais de US\$ 55 bilhões em 1992 (câmbio do final de ago./92). Tudo indica que tal soma se elevará acima de US\$ 63 bilhões no transcorrer do próximo exercício. Isso significa 4,5% da renda nacional. E mais, sem a renda conseguida pelas privatizações, o déficit atingiria 5,75% do PNB. A questão que os britânicos levantam é a seguinte: como reduzir as despesas do Estado, que representam cerca de 43% do PNB, num momento em que a economia precisa ser recuperada?

O desemprego (2,72 milhões de pessoas ou 9,6% da população ativa) vem lembrar que a resposta a tal questão não pode ser outra senão a continuidade do Estado na economia, através de planos sociais de salvamento. Assim, o "Estado-providência", pesado e caro, ainda tem um bom futuro pela frente no Reino-Unido, a julgar pela pressão da sociedade. Enquanto isso, a produção, que progrediu apenas 0,5% por ano, em média, a partir de 1979, poucas esperanças oferece de poder reverter a situação. Isto porque a necessidade de uma melhor competitividade através de melhorias de produtividade é patente (esta última é 35% inferior à existente na Alemanha), porém o aparelho produtivo é composto de trabalhadores mal-formados, convivendo com uma ausência quase total de concertação com os poderes públicos, fato que se traduz por reconversões industriais tardias.

Nesse contexto, embora muitos economistas ingleses afirmem que o Reino-Unido esteja saindo de sua pior crise das últimas décadas, tudo indica que a retomada do crescimento será lenta e de pouco impacto. O próprio Governo confirma isso, ao rever para baixo as suas previsões de crescimento para este ano de 1992: de 2,5% a mesma passou a 2%, chegando agora a 1%.

2.4 - Canadá: uma crise de identidade vem se somar à econômica

A imagem do Canadá pode ser resumida hoje como segue: um país indeciso e hesitante, onde a crise de identidade é profunda e atinge todas as regiões, em especial a região do Quebec e de população índia.

Para agravar essa situação sócio-política, a crise econômica, iniciada no primeiro semestre de 1990, continua dois anos após. Mesmo o acordo de liberalização comercial (NAFTA em inglês ou ALENA em francês) assinado recentemente com os EUA e o México

(a candidatura do Chile está sendo estudada e já recebeu o aval dos EUA) não oferece, por enquanto, nenhuma esperança de melhorias, considerando-se os resultados conseguidos com o acordo bilateral feito anteriormente com os EUA. Assim, após ter caído 1,5% em 1991, o PIB progrediu apenas 0,2% no primeiro trimestre de 1992, e os especialistas canadenses (Conference Board) prevêem um crescimento de apenas 1% para 1992, isto é, apenas metade do que o FMI previu para o país.

Embora tenha conseguido dominar a inflação (2% em 1992) e reduzir o déficit das finanças públicas (o déficit orçamentário teria sido reduzido de 4,6% para 3,8% do PIB), o Canadá, como os demais países, sofre de um forte desemprego. O mesmo é o mais elevado dos do Grupo dos Sete, atingindo 11% da população ativa, cifra apenas comparável ao que foi registrado em 1985. Nesse contexto, a demanda interna continua insuficiente para estimular a atividade, e o vigor da produção passa sobretudo pelas exportações, como em todos os países. Ocorre que três quartos das exportações são direcionadas aos EUA. Assim, a entrada do México no bloco pode colocar em dificuldade o setor exportador canadense.

Por outro lado, a idéia de independência do Quebec ganha importância a cada dia que passa. Com sete milhões de habitantes e representando 23,5% do PIB canadense, a saída do Quebec provocaria um forte impacto econômico no país. Ela causaria de imediato uma elevação de 2% nas taxas de juros, freando ainda mais o crescimento e a retomada do emprego. Sem dúvida, um problema que o Canadá não gostaria de possuir, diante das importantes dificuldades econômicas que se apresentam ao país neste final de século.

2.5 - Itália: longe das metas econômicas fixadas pela CEE

A Itália, além da crise econômica, vê-se às voltas com a sua eterna economia informal, cada vez mais potente; com o poder paralelo da máfia, que é um Estado dentro do Estado; e com as ambições separatistas existentes entre o norte industrial e o sul pobre e tradicional.

Um país onde o "jeitinho" ocupa um enorme espaço, servindo de exemplo para outros países do Mundo, inclusive o Brasil, a Itália encontra-se há três anos em grave crise econômica. O crescimento caiu vertiginosamente, passando de 4,2% em 1988 a 1,2% em 1991 e possivelmente menos em 1992, devido à estagnação do consumo privado e do investimento. Por sua vez, a inflação cresceu, passando de 5% em 1988 para 6,3% em 1991. O déficit público continua acima dos 10% do PIB (possivelmente 11% em 1992), enquanto a dívida pública representa, neste final de 1992, quase a metade da dívida pública acumulada pelos 12 países-membros da CEE. Enfim, o déficit do balanço de pagamentos correntes triplicou desde 1988, devendo se aproximar de US\$ 20 bilhões em 1992.

Nesse contexto, a Itália cumpre apenas com uma única exigência das cinco solicitadas pela CEE para poder integrar a União Econômica e Monetária: possui uma divisa que pertence ao Sistema Monetário Europeu (SME) e que não foi desvalorizada desde 1990. Os outros critérios estão longe de serem cumpridos, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4

Situação da Itália perante as exigências estabelecidas pela CEE para ingressar na UEM — 1992

EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS	CRITÉRIO DA CEE (1)	ITÁLIA (%)
Saldo orçamentário em porcentagem do PIB	-3,0	-11,0
Dívida pública em porcentagem do PIB	60,0	110,0
Inflação média anual (2)	4,4	6,4
Taxas de juros de longo prazo (3) ...	10,8	11,4

FORNE: OCDE.

(1) Critério de convergência, estabelecido pelos 12 países-membros da CEE quando de sua reunião em Maastricht, onde foram definidos o calendário e as exigências para aplicação na UEM. (2) O critério é a média de inflação dos três países melhor colocados neste aspecto mais 1,5 ponto. (3) O critério é a média das taxas de juro dos três países que possuem a menor inflação mais 2 pontos.

Em outras palavras, a economia italiana vai mal, e, com ela, o próprio país. Isso é reconhecido pelos próprios empresários, porém as causas apontadas são, em alguns casos, simplórias como as que estamos acostumados a ouvir no Brasil:

"(...) a Itália vai mal, mas isto é responsabilidade de nossos dirigentes e funcionários que são originários do sul do país e, em conseqüência, destinam a maior parte das verbas ganhas pelo norte para o sul, num poço sem fundo (...)"¹.

Mesmo a desvalorização da moeda é hoje pressentida como inevitável, num momento em que as taxas de juros atingem quase 15% neste final de agosto de 1992. Assim, para alcançar o nível exigido pela CEE, será necessário colocar em prática uma

¹ Conforme declaração de um empresário genovês, diretor de marketing de uma filial da empresa IRI, dada ao jornal francês *La Tribune de l'Expansion* (10.07.92, p.12).

verdadeira economia de guerra. Tal fato lesaria os interesses de numerosos chefes de empresa que ganham graças ao protecionismo oferecido pelo Estado no interior dos mercados.² Para este tipo de empresário, a nova CEE não interessa!

Logo, não é de se estranhar que o "milagre italiano" dos anos 80, quando a economia crescia 2% ao ano, esteja longe. Neste início dos anos 90, a realidade é bem outra. Pesa contra o crescimento, além das cifras indicadas acima, o trabalho no mercado negro. Segundo o Instituto Italiano de Estatística (ISTAT), o mesmo representaria entre 20% e 25% do PIB, com picos de 30% no Setor Terciário e de até 65% na hotelaria.

Nesse contexto, uma das primeiras medidas a serem aplicadas para enfrentar as dificuldades econômicas é o controle do mercado negro; segue o combate à inflação. Esta, muito elevada para os padrões da CEE (4,4% em média), é provocada na Itália sobretudo pelos setores protegidos da concorrência internacional (os serviços e a função pública). De fato, observa-se uma diferença muito grande entre o aumento dos custos salariais e o crescimento da produtividade. Segundo a OCDE, nos 10 anos entre 1980 e 1990, a produtividade teria progredido 47% no setor industrial e apenas 2% junto aos serviços, para um aumento de preços da produção duas vezes menor na indústria.

Um outro ponto a ser atacado é a dívida pública. Esta não parou de crescer, passando de 40% do PIB em 1970 a 106% em 1991, alimentando-se essencialmente dos empréstimos feitos pelo Estado a taxas elevadas; a tal ponto que apenas o serviço dessa dívida representa 95% do déficit orçamentário. Evidentemente, muito já foi feito na tentativa de controlar esse "monstro". Entre 1985 e 1991, o déficit orçamentário passou de 13,8% para 10,6% do PIB. Entretanto, segundo as últimas estimativas oficiais, as necessidades de financiamento por parte do Estado chegariam a mais de US\$ 34,8 bilhões, ou seja, 10,5% do PIB, ultrapassando, assim, em US\$ 7,0 bilhões o limite estabelecido pelo Parlamento em dezembro de 1991. Sem falar que tais necessidades poderão elevar-se a quase US\$ 49 bilhões em 1993 e a US\$ 56,5 bilhões em 1994 (14,6% do PIB). Isso contradiz fortemente o que o Ministro do Tesouro do país indicou, em seu plano trienal de 1991, para esses dois próximos anos. Nele está prevista uma redução do déficit de US\$ 23,9 bilhões em 1993 e de US\$ 21,0 bilhões em 1994.

No centro dessa derrapagem orçamentária está, portanto, o serviço público. De fato, as despesas com pessoal aumentam forte e desnecessariamente, na medida em que o "cabide de emprego" também aqui funciona alegremente. Assim, a taxa de salário-hora, em um ano (entre abril de 1990 e abril de 1991), aumentou 8,6% na indústria e 12,9% na administração. Segundo um balanço do ISTAT, feito há cinco anos, 54% dos funcionários públicos tinham um segundo emprego, e 30% faziam comércio nos seus próprios locais de trabalho.

Nesse contexto, a economia italiana parece cada vez menos competitiva. Segundo o Banco da Itália, a perda de competitividade é estimada em 2% para o conjunto do país, a contar do início de 1990. E não será o comportamento dos políticos e o crescimento da máfia que reverterão esse processo, a julgar pelas declarações de determinados cidadãos italianos. Segundo o antigo Prefeito de Nápoles, capital do Mezzogiorno, o sul da Itália está cada vez menos apresentável, concluindo que

² Conforme declarações de Francesco Micheli, financista de Milão, dono da Finarte e primeiro acionista da Interbanca, dadas ao jornal *La Tribune de l'Expansion* (10.7.92, p.12).

"(...) existe aqui uma classe política que não realizou o seu trabalho: nós não conseguimos nem quebrar a Camorra (máfia), que controla hoje 1/3 da região, enquanto numerosos políticos enriqueceram; nem industrializar o sul, fato que explica que 1/3 das pessoas estão desempregadas. (...) Existe um individualismo absoluto que faz as pessoas ignorarem completamente os bens públicos"³.

Segundo o Diretor do Observatório da Camorra, financiado pelo Ministério da Educação, a máfia italiana realmente controla um terço do PNB do Mezzogiorno.⁴

Nessas condições, a Itália vê com preocupação o seu futuro junto à CEE e teme pela sua economia neste final de século. Muitos consideram que o "jeitinho" irá possibilitar o encontro de uma solução, outros, mais pragmáticos, percebem que os tempos não estão mais para improvisações. Resta saber qual a corrente que predominará, nestes próximos anos, na condução dos destinos do país.

2.6 - Japão: na tormenta igualmente

O último exemplo em data da atual crise econômica que atinge os países ricos chega-nos do Japão. Esse país, carro-chefe da economia mundial, atualmente é o último dos grandes a entrar em linha recessiva. De fato, o crescimento do seu PNB será de 2% em 1992, fato que equivale, para a economia japonesa, a uma recessão, segundo o Economista Yoichi Tazawa, do Instituto de Pesquisas Econômicas de Nomura. Segundo ele, os investimentos continuam fracos, e as despesas com equipamentos e instalações junto ao setor privado deverão cair 2,6% no ano. Os ramos mais atingidos da indústria são os automóveis, a eletrônica destinada à população e a siderúrgica. E mais, será apenas no segundo semestre de 1992 que os consumidores japoneses irão realmente sentir os efeitos da redução na *performance* econômica do país. E uma retomada seria possível apenas no primeiro semestre de 1993.⁵

De fato, a produção industrial no Japão caiu 4,3% entre abr./91 a mar./92, registrando, assim, o pior desempenho junto aos membros do Grupo dos Sete. Como consequência imediata dessa realidade, o índice Nikkei da Bolsa de Tóquio ficou, em agosto de 1992, abaixo dos 15.000 pontos, alcançando, dessa forma, o seu mais baixo nível desde março de 1986 (lembramos que, no dia 29 de dezembro de 1989, ele batia o recorde de alta com 39.915,87 pontos). Em praticamente dois anos e meio, a Bolsa japonesa sofreu, portanto, uma queda espetacular (apenas de janeiro a agosto de 1992, a queda atingiu 34,4%).

Ao mesmo tempo, o consumo caiu no interior do país. O principal sinal foi dado em junho de 1992. Naquele mês, os lares japoneses diminuíram suas despesas 3,4% em termos reais. Essa é a maior queda mensal desde novembro de 1990. Ainda em junho, tais despesas ficaram 3,2% inferiores ao seu nível registrado no ano anterior, na

³ Conforme declarações do Sr. Mauricio Valenzi, antigo Prefeito comunista de Nápoles, ao jornal *La Tribune de l'Expansion* (10.7.92, p.13).

⁴ Conforme declarações do Sr. Amato Lamberti, Diretor do Observatório da Camorra, dadas ao jornal *La Tribune de l'Expansion* (10.7.92, p.13).

⁵ Conforme entrevista ao jornal francês *La Tribune de l'Expansion* (17.6.92, p.6).

mesma época. O crescimento das despesas dos domicílios japoneses não ultrapassou 1,1%, um ritmo insuficiente para sustentar a atividade das empresas e o crescimento.

Os efeitos dessa realidade sobre a já combatida economia mundial são diretos. Além de as diferentes praças financeiras mundiais recuarem igualmente, o mais grave é que o Japão passa a investir menos no Exterior. Essa fonte de recursos, quase única nos tempos que correm, registrou um recuo de 26,9% na rubrica **investimentos no estrangeiro**, no último ano fiscal encerrado no dia 31 de março passado, para se estabelecer em US\$ 41,5 bilhões. Tais investimentos caíram 30% junto aos mercados dos EUA e da Europa e 16% no mercado asiático. As estatísticas de abril (primeiro mês do atual ano fiscal) indicam que a tendência agrava-se, já que a redução nos referidos investimentos aponta uma queda de 41%. Para a economia norte-americana, da qual a América Latina em geral e o Brasil em particular muito dependem, o impacto é desastroso. Os investimentos diretos japoneses nos EUA recuaram de US\$ 19,9 bilhões em 1990 para apenas US\$ 5,1 bilhões em 1991 (aliás, a crise norte-americana fez com que os investimentos diretos estrangeiros nos EUA caíssem de um total de US\$ 65,9 bilhões em 1990 para US\$ 22,6 bilhões no ano passado).

Além disso, o Japão passou, como a maior parte do Mundo, a captar dinheiro. De fato, os investimentos estrangeiros no Japão aumentaram 52,2% no último ano fiscal, para atingirem US\$ 4,3 bilhões. Desse total, os EUA participaram com 48,3%, seguidos pelo Canadá, pelo Reino-Unido e pela Holanda.

Nesse contexto, o crescimento econômico do Japão deverá chegar, com dificuldades, a 3% em 1993, desde que despesas orçamentárias suplementares, da ordem de US\$ 40 bilhões, sejam realizadas, a fim de sustentar a demanda. Afinal, as falências (US\$ 59 bilhões) e a queda dos lucros junto ao setor industrial obrigam a uma reação! Sobretudo porque, após os especuladores, a crise da Bolsa atinge os bancos neste final de 1992.

Diante desse quadro, o Japão obriga-se a mudar! Em meados de agosto, o Governo japonês anunciou um plano de recuperação, o qual foi sentido pelos meios especializados mais como um conjunto de receitas para ganhar tempo do que realmente para solucionar os problemas. Dentre as medidas, o Governo solicitou aos bancos que emprestassem mais ao mercado, a fim de favorecer a retomada do crescimento. Para tanto, ele encoraja os bancos a reforçar seu capital através da emissão de títulos perpétuos, ou a transformar em títulos um certo número de créditos a receber, a fim de responderem às exigências do *ratio Cooke*. Paralelamente, o Governo comprometeu-se a comprar uma parte das hipotecas imobiliárias, depositadas junto aos bancos pelos chamados maus clientes, ajudando, com isso, os bancos a se desfazerem desses valores sem compradores. De imediato, o resultado de tais medidas foi uma recuperação na Bolsa de Tóquio, nos dias que se seguiram ao anúncio. Resta saber se tais medidas terão realmente um efeito duradouro e se permitirão uma reversão de tendência no médio prazo.⁶

⁶ No final de agosto, o governo japonês voltou à carga, anunciando um plano econômico sem precedentes. Através desse plano serão injetados na economia do país cerca de US\$ 85,8 bilhões graças a trabalhos públicos, compra de terrenos, incitações fiscais para os investimentos, ajuda às instituições financeiras. Na verdade, o Japão espera acrescentar 2,4 pontos percentuais ao crescimento do seu PIB nos próximos 12 meses com essas medidas (recentemente, o FMI tinha previsto um crescimento de apenas 1,9% para o país neste ano). Entretanto os especialistas não acreditam em grandes repercussões das mesmas sobre o crescimento da economia mundial.

Afinal, o Japão surge como uma potência de um gênero novo. Embora ainda insegura dela mesma, pois não possui um modelo a exportar segundo certos analistas, sua dinâmica é particularmente adaptada à nova ordem internacional. De fato, dos tradicionais componentes de uma potência (a força econômica, a força militar e a hegemonia cultural, companheiros de estrada do imperialismo), o Japão não possui o segundo nem o terceiro; a tal ponto que sua situação atual é um tanto paradoxal aos olhos do Velho Mundo: a mundialização das trocas, as exportações de mercadorias e capitais, as implantações no estrangeiro colocam hoje o arquipélago no centro de uma formidável potência material, mas, ao mesmo tempo, o Japão inquieta o estrangeiro pela ausência de "mensagem" e de orientação autônomas, até mesmo de defesa de seus valores próprios.

Por enquanto, no caso japonês, a crise é recente e ocorre após cinco anos de crescimento extraordinário. A energia e o potencial armazenado nesse período de crescimento permitem agora fazer frente à crise sem grandes sustos, realidade que não é encontrada nos seus demais parceiros mundiais, especialmente nos EUA. Assim, entre 1987 e 1991, o Japão viu seus investimentos atingirem a soma de US\$ 3,0 trilhões, sendo que um quinto dos mesmos foi destinado à pesquisa. Além disso, a potência japonesa não depende apenas do seu PNB (cerca de 60% do norte-americano), já que o arquipélago se tornou o centro dos fluxos materiais e financeiros importantes, fonte de uma interdependência cada vez mais estreita ligando-o com numerosos países estrangeiros, em especial na região asiática. Aliás, Tóquio lembra seguidamente que sua preocupação maior é a estabilidade regional. A presença nipônica no estrangeiro transforma-se, assim, progressivamente numa política de influência. O realismo dos dirigentes de Tóquio leva-os a procurarem "parceiros" mais do que a acumularem conquistas. A "vida em comum" é o novo *slogan*. É essa rede planetária que constitui a trama do "império" nipônico e o coloca na vanguarda da nova ordem internacional.

2.7 - França: bem colocada, apesar dos problemas

Neste início dos anos 90, a França apresenta-se como um dos mais bem situados dentre os Sete Grandes. Embora sendo passageira, num universo dinâmico, essa situação resulta de posições definidas num quadro estrutural conscientemente planejado.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a França se modificou nestes últimos 10 anos, a partir de uma estratégia política, a qual leva o país a colocar seus cidadãos nos mais importantes postos de comando da economia mundial: Presidência da CEE, Presidência do FMI, Presidência do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) — o qual foi constituído para gerir os fundos destinados à reconstrução do Leste Europeu — Presidência do Clube de Paris, Presidência da OCDE, etc. Essa estratégia traduz uma nova forma de influência, menos ideológica no ponto de vista de alguns, porém mais centrada na boa reputação do país em matéria econômica e financeira.

Em segundo lugar, temos o sucesso econômico. Após um período de inflação elevada, que forçava um aumento considerável dos salários em termos anuais (15% em 1973, 19% em 1974), os preços passaram a ser paulatinamente controlados a partir de meados de 1985; a tal ponto que a inflação em 1991 ficou em apenas 3,1%, abaixo,

portanto, do índice registrado na Alemanha, tradicional rival econômico no seio da CEE, e da média registrada na CEE (4,6%). Dez anos antes, a inflação francesa atingia ainda 14%, fato que demonstra o resultado do enorme esforço efetuado pelos franceses no controle dos preços. Por outro lado, as exportações têm se comportado bem, e os superávits na balança comercial voltaram a aparecer no transcorrer de 1992. Mensalmente, a França exporta cerca de US\$ 20 bilhões atualmente, contra US\$ 17 bilhões em 1988. Nessas condições, o país coloca-se como o quarto maior exportador mundial, atrás apenas dos EUA, da Alemanha e do Japão. Entretanto uma grande parte das grandes firmas francesas dependem consideravelmente do mercado externo para se manterem. Muitas delas (Elf-Aquitaine, Alcatel-Alsthom, Total, PSA Peugeot, Renault, Rhône-Poulenc, Usinor-Sacilor, Pechiney, Michelin, Saint-Gobain e Thompon) exportam mais da metade do seu movimento de capital anual. A Michelin chega a alcançar 80% desse movimento.

Nesse contexto, no início da década de 90, vê-se uma França aberta ao Exterior e que investe maciçamente fora de suas fronteiras, correndo o risco, inclusive, de desequilibrar sua balança de capitais no longo prazo. Em outras palavras, encerrou-se o velho sonho de uma autonomia nacional preservada pelo dirigismo e pelo protecionismo.

Mas tais proezas têm um preço! Este se traduz pelo aumento do desemprego e pela fraqueza atual da atividade, na medida em que, muito dependente do mercado externo, a França sofre igualmente diante da estagnação da economia mundial. Hoje, o desemprego aproxima-se dos 10% da população ativa (quase 3,0 milhões de pessoas estão sem emprego), e, apesar dos sinais de otimismo lançados pelo Governo, os empresários possuem um outro diagnóstico da situação econômica.

A retomada do crescimento não é prevista para tão cedo pelos empresários franceses. Por enquanto, tudo se concentra no único motor realmente em forma para manter a atividade econômica: as exportações. Ora, essa é uma receita utilizada por quase todas as nações hoje em dificuldades econômicas. Se um crescimento econômico não vier rapidamente, a tendência é o Mundo estrangular igualmente suas possibilidades de comércio pela falta de demanda sustentada e solvável.

Quanto aos investimentos no interior da França, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estatística Francês (INSEE) feita junto aos industriais do país, haverá uma redução dos mesmos pelo segundo ano consecutivo (de 8% após os 9% registrados em 1991). No que tange ao consumo, o mesmo é fraco. A progressão do PIB foi de 1,1% no primeiro trimestre de 1992 e está sendo prevista em 2,5% para a integralidade do ano. Entretanto os empresários não acreditam que tal número seja alcançado em função de uma sensível estagnação das vendas, prejudicadas ainda mais pelo forte movimento dos caminhoneiros em julho de 1992 (10 dias de bloqueio total das rodovias).

Um outro ponto negro no quadro da economia francesa, segundo ainda os industriais do país, encontra-se na deteriorização das contas públicas. O déficit público, sem computar as receitas com as privatizações, deverá atingir a soma de US\$ 33 bilhões em 1992 (com o dólar igual a cinco francos), para um objetivo, já revisado para cima, de US\$ 27 bilhões. Ao mesmo tempo, as contas sociais igualmente acusam déficits importantes, levando o Governo a trabalhar com a possibilidade de aumentar as cotizações junto ao público no início de 1993. Tal situação leva o Governo a manter suas taxas de juros elevadas (um pouco superiores a 10% para o curto prazo e de 9,17% para empréstimos de 10 anos).

Pelo lado das pequenas e médias empresas (PME) — menos de 50 empregados —, a impressão é idêntica quanto às dificuldades de um retorno ao crescimento sustentado. Há uma erosão da atividade, que leva as PME a reduzirem seus efetivos, colaborando, assim, com o aumento do desemprego global. Segundo esses empresários, em 1992, a queda dos investimentos junto às PME será de 17% no conjunto e de 20% na indústria. Em volume, o recuo será de aproximadamente 17% no setor industrial. Como explicação para esse comportamento, os empresários apontam, em primeiro lugar e de longe, as altas taxas de juros reais, que os intimida no momento de investirem. Em segundo lugar, com uma importância crescente, vem a fraqueza da demanda. Em agosto de 1992, 74% dos empresários apontavam esse fator para justificar a baixa nas suas despesas com equipamentos. Tal porcentagem atingia 42% em junho de 1990.

3 - América Latina: a recuperação?

O continente latino-americano ensaia, paradoxalmente, uma recuperação econômica após a forte recessão vivida nos anos 80. Da conhecida "década perdida" passaríamos à década da recuperação? Nada garante, por enquanto, essa passagem! Entretanto os economistas do Primeiro Mundo vêem diversos pontos favoráveis, neste início da década de 90, para uma expressiva melhoria na caótica situação econômica da região, após os importantes avanços políticos ali ocorridos.

Algumas características dessa "nova" América Latina são bastante evidentes.

3.1 - Mais do que nunca sob influência

Ao mesmo tempo em que a democracia política avançava no continente, a opção socialista ou mesmo comunista evaporava-se com o desmoronamento do Leste Europeu e sobretudo da ex-URSS. Assim, apenas dois focos importantes de tensão política ainda subsistem na região: Cuba, cada vez mais isolada, e a guerrilha do Sendeiro Luminoso no Peru. No restante, a América Latina volta a buscar uma maior aproximação com os EUA e, na falta de propor uma democracia social e econômica à sua população, passa a aplicar as receitas ditadas pelo seu vizinho do Norte: o liberalismo econômico como única solução para a crise. A partir daí, a redução do papel do Estado, a liberalização das trocas comerciais e as privatizações a qualquer preço passam a ser as molas mestras junto à economia da região.

A âncora dessa reação se encontra nos EUA, através da Iniciativa para as Américas, lançada por Bush em junho de 1990. Muitos governos da região vêem nessa proposta uma nova postura norte-americana, através da qual os EUA estariam querendo estabelecer uma relação de parceria e não mais de dominação. Tal sentimento se acelera na medida em que a criação de blocos econômicos avança pelo Mundo afora e um certo medo de isolamento, pós-guerra fria, parece ter se instalado na região. Nesse contexto, o acordo NAFTA, assinado com o Canadá e o México em agosto de 1992, é visto como o ponto central de atração para a concretização de uma única zona de livre comércio nas Américas, reforçada pela demanda chilena de entrar no bloco.

Segundo a linha de pensamento norte-americana

"(...) é necessário que os EUA tenham a impressão de se beneficiarem de um tratado como o NAFTA. Se a livre-troca é bem vendida pelo atual governo, a idéia de um acordo com o México e a Venezuela será aceita, pois temos necessidade do seu petróleo. Assim como com o Brasil, o principal país da América Latina pelo seu tamanho (...)"⁷.

Nesse sentido, a Administração Bush, que busca a reeleição, joga a carta do multilateralismo e segue o consenso da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando ele ocorre na medida em que os interesses estratégicos dos EUA não são postos em questão, como no Peru (com o golpe de Estado praticado pelo Presidente Fujimori) e no Haiti.⁸ Caso contrário, é a sua política que deve predominar.

Apesar dessas tentativas estratégicas de aproximação, dois pontos de divergência continuam a existir entre os EUA e a América Latina. Em primeiro lugar, as fortes pressões, em especial econômicas, exercidas por Washington contra o regime de Fidel Castro em Cuba. Elas estão longe de obter a unanimidade junto aos países latino-americanos. Muitos receiam que elas sejam improdutivas, retardando a hora das verdadeiras reformas que possam contribuir para evitar um banho de sangue em Havana. Mas a administração republicana, que, na época de Reagan, foi extremamente razoável com as ditaduras de direita, em especial a de Pinochet no Chile, não quer ceder e objetiva eliminar Castro do poder a qualquer custo. O segundo importante ponto de divergência está na luta contra a droga e em suas exigências para com os países produtores. A pressão norte-americana nesse sentido é extremamente malvista em países como a Bolívia, a Colômbia e o Peru, que controlam as leis do mercado. Afinal, como parar a produção e o tráfico, sustento de milhares de agricultores e mesmo da própria economia desses países, quando a demanda continua forte nos EUA e no Mundo e quando os preços dos outros produtos locais, em especial o café, caem constantemente?

Afora esses dois pontos de divergência externa, a nova estratégia norte-americana encontra resistências no interior do país igualmente, em especial junto ao Congresso, de maioria democrata, que é tentado pelo protecionismo e por uma certa mesquinha em relação ao Sul, na medida em que a economia norte-americana continua enfraquecida.

3.2 - A crise da dívida solucionada (?)

Um dos pontos que mais levam os analistas mundiais a apostarem nas importantes mudanças na América Latina se encontra na forma como o problema da dívida externa, 10 anos após a explosão da crise, vem sendo tratado.

⁷ Conforme declarações de Peter Hakim, do grupo de pesquisas Interamerican Dialogue de Washington, ao jornal *Le Monde* (21.7.92, p.7).

⁸ Conforme declarações de Wayne Smith, antigo alto funcionário que dirigiu a seção dos interesses norte-americanos em Havana até 1982.

O estopim sendo a inadimplência do México em 1982, a crise da dívida externa surgiu num momento de recessão mundial e de forte alta das taxas de juros, na esteira do segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979. Contratada por dois terços, a taxas variáveis e em dólares, a dívida da região conheceu um inesperado avanço, passando a US\$ 369 bilhões em 1982, enquanto as exportações da zona caíam 14%. Tais cifras assustaram os credores e financistas mundiais. Afinal, a América Latina via sua dívida aumentar mais rapidamente do que suas vendas ao estrangeiro.

Nessas condições, uma reação foi posta em prática junto aos banqueiros mundiais: diminuir o financiamento destinado à região!

Em pouco tempo, as transferências líquidas de dinheiro em direção à América Latina caíram de US\$ 61 bilhões em 1981 para apenas US\$ 15 bilhões em 1983. Em seguida, as mesmas tornaram-se negativas (-US\$ 5,0 bilhões por ano entre 1984 e 1989), transformando, assim, a região em exportadora de capital para o resto do Mundo (FOTTORINO, 1992). Durante esse período, as políticas de maxidesvalorização das moedas locais favoreceram a fuga de capital, estimada em US\$ 120 bilhões entre 1977 e 1987. A preocupação aumenta na medida em que os petrodólares praticamente desaparecem do mercado a partir de 1982, enquanto os bancos norte-americanos detinham na região créditos da ordem de 119% de seu capital.

Uma década mais tarde, o balanço da dívida da América Latina tende a ser favorável. Após ter atingido US\$ 472 bilhões em 1987, o principal da dívida latino-americana teria baixado para 429 bilhões em fins de 1991. Na entrada do ano de 1992, a dívida representava 37,4% do PIB da região contra 64,3% quatro anos antes. Com base no critério do *ratio* dívida/exportação, a dívida latino-americana era quatro vezes superior ao montante das exportações em 1986. Em 1991, tal *ratio* havia caído para 2,8 vezes.⁹

Alguns países começam novamente a registrar um crescimento econômico, em especial o México, o Chile, a Venezuela e, recentemente, a Argentina. A questão agora é verificar o que esses países farão com esse crescimento: consumir mais, ou investir. Optarão por um crescimento durável e equitativo ou deixarão recrudescer o tradicional modelo vigente na região, calcado sobre as desigualdades e o desperdício?

Enquanto a resposta a essas dúvidas de fundo ainda não está clara, o fato é que a confiança retorna. O exemplo mais evidente disso se encontra na volta progressiva dos capitais que fugiram do país. O México, por exemplo, após ter assistido a uma fuga anual de capitais da ordem de US\$ 5,3 bilhões entre 1980 e 1987, assiste a um retorno desses capitais no ritmo anual de US\$ 4,2 bilhões entre 1988 e 1990. Por trás desse comportamento está, evidentemente, a política de anistia fiscal decidida pelo México e seguida pela Argentina. Além disso, esses dois países, assim como o Uruguai e a Colômbia, afastaram os riscos cambiais através da emissão de títulos liberados em moeda estrangeira. Nessas condições, a transferência líquida de capitais para a América Latina tornou-se positiva novamente em 1991 (US\$ 6,7 bilhões). Ao mesmo tempo, o Mundo constata o retorno de diversos países da região ao mercado internacional de capitais.

⁹ Conforme declarações de Jean-Luc Chalumeau, Economista do Banco Sudameris (FOTTORINO, 1992).

Nesse contexto, os bancos internacionais felicitam-se pelo fato de terem conseguido evitar que a crise da dívida da América Latina se transformasse em crise financeira mundial.

Apesar desses aspectos econômicos e financeiros positivos na sua globalidade, não se pode ignorar as enormes diferenças no interior da América Latina. Como diz um especialista francês,

"(...) os progressos são desiguais no plano do ajustamento macroeconômico. (...) o déficit orçamentário representa 8% do PIB no Brasil, enquanto o México consegue um excedente antes de computar as receitas com as privatizações. (...) Quanto à inflação, o Peru e a Argentina conseguem eliminar a hiperinflação (de 4.188% a 147% para um e de 2.219% a 109% para o outro entre 1988 e 1990). Se o México prevê trazer o ritmo de alta em seus preços internos de 17% em 1991 para menos de 10% em 1992, o Brasil continua vivendo com uma inflação oficial da ordem de 25% ao mês em meados de 1992"¹⁰.

Tais diferenças se devem, em especial, às estratégias desiguais adotadas pelos países endividados (antes de convergirem para um liberalismo clássico), enquanto os credores estabeleciam uma estratégia de ação comum para a região.

3.2.1 - A estratégia dos credores

Conscientes de que boa parte do que ocorreu em relação ao endividamento do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em particular era de sua responsabilidade, os bancos privados e os setores públicos dos países desenvolvidos passaram a adotar uma estratégia específica frente ao problema. Afinal, no caso dos primeiros, a reciclagem, sem reflexão, dos petrodólares durante os anos 70, a fim de compensar a redução de seus empréstimos às grandes empresas (estas começavam, na época, a solicitar diretamente o mercado financeiro, deixando de lado os bancos), foi uma das principais causas da crise da dívida externa junto aos países subdesenvolvidos. A outra foi a má utilização dos recursos por parte dos diferentes governos instalados na América Latina, na ocasião.

Assim, como explica Jacques Adda, em 1982 a crise da dívida latino-americana foi oficialmente interpretada e tratada como uma crise de liquidez que atingia os países da região, os quais viviam acima de suas possibilidades. Sua capacidade de assegurar, no longo prazo, o reembolso de suas dívidas não era posta em dúvida. Muitos reescalamentos da dívida foram, assim, realizados entre 1981 e 1984, para períodos bastante curtos, tendo como efeito o sacrifício dos objetivos de desenvolvimento a longo prazo. Durante esse período, os especialistas viam na crise da dívida o efeito de um excesso de demandas internas e de uma fraca inserção no comércio mundial. Assim,

¹⁰ Conforme declarações de Philippe d'Arvisenet, do banco francês BNP (FOTTORINO, 1992).

as políticas de restauração dos grandes equilíbrios, aplicadas pelos países com dívida reescalada, repousavam no estímulo às balanças comerciais. A balança comercial da região passou de um déficit de US\$ 3,0 bilhões em 1981 para um excedente de US\$ 38 bilhões em 1984. Um resultado obtido ao preço de uma violenta punção sobre a economia: compressão drástica das importações; maxidesvalorizações das taxas cambiais; cortes nas despesas com investimentos públicos; austeridade salarial. A tentativa era a de obter recursos orçamentários suplementares correspondendo a 4% ou 5% do PIB. As tensões sociais surgidas em alguns países, entre eles o Brasil, levaram os credores internacionais a compreenderem que um esforço orçamentário muito brutal poderia comprometer o nível mínimo de consumo necessário para evitar agitações.

Paralelamente, o Mundo assistiu, nesses países, à recrudescência da pobreza, da cólera, ao envelhecimento do aparelho produtivo e à perda de praticamente toda e qualquer chance de um desenvolvimento durável. Afinal, na América Latina, nessa época, toda a poupança interna e riqueza produzidas eram destinadas ao pagamento da dívida.

Diante disso, os credores passaram a uma segunda etapa na administração da dívida regional. Surge o Plano Baker, que prega a injeção de US\$ 20 bilhões em três anos, nos 15 países mais endividados do Mundo, sendo 10 da América Latina. A idéia intrínseca ao Plano era a de que não haveria reembolso da dívida sem um retorno do crescimento econômico nesses países. Por sua vez, os EUA esperavam, assim, apoiar as novas democracias que surgiam (Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia, etc.) e, ao mesmo tempo, resolver uma parte de seu enorme déficit comercial, aumentado pela contração de suas vendas para a América Latina. Esse plano fracassou por não ter sido seguido pelos bancos privados, que recusaram o aumento de seus investimentos nesses países, considerados, por eles, de risco. Entretanto os bancos privados aproveitaram a oportunidade para transferir seus créditos, a serem recebidos junto aos países da região, para os seus respectivos credores oficiais (governos), numa estratégia de retirada em boa ordem, hoje praticamente concluída.

O relativo fracasso do Plano Baker leva o mundo desenvolvido à terceira etapa de sua estratégia *vis-à-vis* à América Latina. Surge, em 1989, o Plano Brady, o qual é apresentado como um "menu de opções". Esse plano populariza, junto aos bancos privados, a noção de conversão dos créditos em novas obrigações emitidas pelos países endividados, porém garantidas pelo Tesouro norte-americano ou acompanhadas, se necessário, de novos financiamentos fornecidos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Ao mesmo tempo, o Plano deu impulso ao mercado secundário da dívida, isto é, à recompra, pelos países devedores, de suas dívidas antigas com uma redução de seu valor calculada em função da capacidade dos países de reembolsá-la (esse mercado movimenta hoje cerca de US\$ 100 bilhões anualmente). É dentro desse contexto que o Brasil, após o México, a Venezuela, a Argentina e as Filipinas, conseguiu, em meados de 1992, negociar a redução de sua dívida comercial em 35% (US\$ 44 bilhões).

3.3 - A crise da dívida 10 anos após

Assim, em 10 anos (1982-92), o espinhoso problema da dívida latino-americana está sob controle. Entretanto, salvo encontrar soluções duráveis no lugar de arranjos

circunstanciais como até hoje, os atrasados dessa dívida (cerca de US\$ 25 bilhões) continuam a preocupar. De fato, se a crise parece ter terminado, a dívida mantém-se presente e sem ser reembolsada. Ela atingia US\$ 430 bilhões em meados de 1992, sendo que cerca de um quarto da mesma pertence ao Brasil, conforme a Tabela 5.

Tabela 5

Dívida externa em estoque dos principais devedores
na América Latina — 1980 e 1990

(US\$ bilhões)

PRINCIPAIS DEVEDORES	1980	1990
Brasil	71,0	116,0
México	57,0	97,0
Argentina	27,0	62,0
Venezuela	29,0	33,0
Chile	12,0	19,0
Colômbia	7,0	17,0
Bolívia	2,7	4,3

FONTE: Banco Mundial.

Por outro lado, se a dívida dos principais devedores do Terceiro Mundo parou de crescer no início dos anos 90, tal comportamento se deve, sobretudo, à redução das taxas de juros nos EUA.

Entretanto, sob o ponto de vista dos banqueiros internacionais, o conjunto da América Latina é hoje ligado a uma política econômica que privilegia a reforma da administração, a privatização das empresas públicas, a abertura do comércio exterior e dos mercados financeiros.¹¹

Tal realidade, associada às dificuldades encontradas no Leste Europeu, leva os investidores e aplicadores internacionais a se voltarem novamente para a América Latina. Mas o custo de tal estratégia é enorme. De um lado, os contribuintes dos países ricos perderam dinheiro, na medida em que seus países renunciam a receber uma parte de seus créditos. Por outro lado, as diferentes sociedades latino-americanas assistem à continuidade de uma ditadura econômica e social dura, seletiva e seguidamente injusta, na medida em que privilegia despesas desnecessárias. Sem falar no caso de

¹¹ Conforme estudo do Banco Sudameris (FOTTORINO, 1992).

certos países que ainda convivem com governos corruptos e mal estruturados para fazer frente à nova realidade mundial. Neste último caso, um dos países que mais preocupa os investidores neste final de século é o Brasil. Longe de liderar as mudanças necessárias na região, nosso país patina atrás do pelotão, sem apresentar proposições verdadeiramente interessantes. O escândalo comprovado e largamente difundido pelo Mundo envolvendo o Presidente Collor veio complicar ainda mais a nossa posição diante dos investidores internacionais, a ponto de ameaçar a conclusão do acordo assinado sobre a redução da dívida externa. Somos ainda considerados um país altamente instável na região!



A crise econômica vivida pelo Mundo há alguns anos é de natureza estrutural e não conjuntural. De fato, tudo está a indicar que, nestes últimos 20 anos, os momentos de crescimento econômico são situações conjunturais num contexto de crise estrutural.

Sendo um problema estrutural, a crise de empregos tem como origem a concentração cada vez maior, na mão de poucos, dos resultados provocados pelo avanço tecnológico conquistado pela humanidade. Em outras palavras, o progresso tecnológico mundial não favorece o conjunto da humanidade. Poucos têm realmente condições de aproveitá-lo decente e plenamente. Essa situação, que deriva da vergonhosa repartição da renda produzida no Mundo, impede qualquer avanço no sentido de solucionar um problema tão velho como o Mundo: o bem-estar da humanidade.

Assim, a morosidade da economia junto aos principais países desenvolvidos é geral e preocupante. As receitas para suplantar tal adversidade não parecem surtir efeito, e o Mundo pergunta-se como reverter o processo. As tradicionais receitas, centradas na ortodoxia econômica, poucos resultados têm gerado relativamente aos custos sociais que elas provocam. Por sua vez, as receitas heterodoxas avançadas não têm entusiasmo e, em muitos casos, fracassaram completamente. Estamos, portanto, diante de uma primeira séria crise econômica mundial após a Segunda Guerra. Uma crise cujo embrião surgiu na primeira metade dos anos 70 e que, 20 anos após, parece alcançar toda a sua força. As formas de reação que o Mundo utilizará poderão dar a linha do que será a economia mundial no início do próximo milênio: concentradora e excludente ou mais preocupada com o desenvolvimento e com o bem-estar humano.

Bibliografia

FOTTORINO, E. (1992). Variations latino-américaines: vivre avec la dette. **Le Monde**, Paris, 26/27 juil, p.5.

LE MONDE (21.7.92). Paris, p.7.

LE MONDE-BILAN ECONOMIQUE ET SOCIAL (1980/1991). (s.n.t.).

LA TRIBUNE DE L'EXPANSION (17.6.92). Paris, p.6.

LA TRIBUNE DE L'EXPANSION (9.7.92). Paris, p.14.

LA TRIBUNE DE L'EXPANSION (10.7.92). Paris.